

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Após críticas de tribunal, PPSA diz estar pronta para leilão.....	2
Título: Destaques	3
Título: Megaleilão pode ter blocos sem propostas.....	4
Título: Aramco fará IPO e espera arrecadar US\$ 60 bi	5
Título: Com novo dono, usina Itamarati paga dívidas e planeja expansão.....	7
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	10
Título: Custo de extração no pré-sal cai 67% em 5 anos	10
Título: Força-tarefa tenta conter óleo em Abrolhos	11
Título: Itaú BBA prevê R\$ 6 bi em debêntures para a cana	12
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	13
Título: Após chegada de óleo, visitas a Abrolhos são suspensas	13
Título: Sauditas vão buscar o maior IPO da história	14
Título: Calculadora	16
Título: Em dia de Enem, celulares e relógios de rua adiantam 1 hora	17
VEÍCULO: O Globo.....	19
Título: Desastres mostram fracasso da política para o meio ambiente.....	19
Título: A política como um pesadelo.....	20
Título: Visitação a Abrolhos é suspensa após detecção de óleo na região.....	22
Título: No mais	23
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	23
Título: Megaleilão do petróleo.....	23

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 04/11/2019****Seção: Brasil****Autor: Murillo Camarotto — De Brasília****Título: Após críticas de tribunal, PPSA diz estar pronta para leilão**

Auditoria do TCU chegou a apontar que a empresa não tinha condições de cumprir seu papel na disputa do pré-sal

Criada em 2013 para representar os interesses da União nos contratos de partilha, a Pré-Sal Petróleo SA (PPSA) integra um grupo de estatais cuja razão de existir é frequentemente questionada. O mesmo acontece, por exemplo, com a Empresa de Planejamento e Logística (EPL) - “a estatal do trem-bala” - e com a Telebras.

A maioria dessas companhias também sofre com um histórico de problemas de orçamento e falta de pessoal. No caso da PPSA, essas carências quase resultaram no cancelamento do megaleilão da cessão onerosa do pré-sal, marcado para quarta-feira. Uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) concluiu que a empresa não tinha as mínimas condições de cumprir seu papel.

Diante do risco de suspensão do certame, o ministro da Economia, Paulo Guedes, teve de agir. Ele não se comprometeu a resolver imediatamente todas as pendências da empresa, mas autorizou a contratação de 23 novos servidores e prometeu para os próximos meses o repasse de R\$ 112 milhões que já deveriam estar nos cofres da estatal. O TCU aceitou a proposta.

“A conclusão das análises das informações prestadas pelo poder concedente é de que não há comprovação do provimento dos recursos necessários para as condições mínimas de segurança para que o governo assuma novos compromissos, em nome da União, mediante a assinatura de contratos de partilha de produção”, afirmou o TCU em parecer.

Diante do quadro encontrado pelos auditores, foi sugerida uma determinação proibindo o **Ministério de Minas e Energia (MME)**, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) e a PPSA de assinarem novos contratos de partilha de produção até que a situação da estatal fosse devidamente equacionada. O entendimento era de que o porte do leilão exigiria ainda mais recursos da PPSA.

“A comprovação de recursos adequados e suficientes para a PPSA gerir, de forma eficiente, os contratos de partilha de produção almejados, passou a ser requisito entre a documentação a ser apresentada pelo poder concedente no processo de outorga”, informou o tribunal.

Na avaliação dos auditores, o leilão dos excedentes deverá gerar contratos muito mais complexos e trabalhosos, tanto em razão do atual estágio de desenvolvimento e porte dos projetos, quanto em razão dos respectivos acordos de coparticipação e de pagamento de compensação à Petrobras. “Portanto, a exigência sobre a capacidade da PPSA deve atingir seu grau máximo, o que pode trazer riscos de alta potencialidade para a União”, diz o documento, obtido pelo **Valor**.

O presidente da PPSA, Luiz Eduardo Gerk, explica que a situação da empresa é melhor do que a apontada pelo tribunal. Segundo ele, parte do diagnóstico do órgão de controle foi feita há bastante tempo e que, aos poucos, a empresa está entrando nos trilhos - ao menos para um cenário de curto e médio prazos.

A sustentabilidade financeira, contudo, ainda é um objetivo distante. Segundo Gerk, equipes estão trabalhando em um desenho de longo prazo, mas ainda não há muito o que mostrar. “O que posso dizer é que a gente hoje está 100% preparado para qualquer resultado do leilão.”

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	04/11/2019
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Destaques

Petrobras venderá blocos

A Petrobras iniciou a etapa de divulgação da oportunidade (“teaser”) da venda de sua participação em 15 blocos exploratórios em terra na Bacia de Sergipe-Alagoas. As ofertas deverão ser feitas por bloco. Oito blocos são exclusivos da Petrobras e sete são divididos com a Nova Petróleo, que poderá exercer o direito de preferência de aquisição das participações.

PBIO vende fatia na BBB

A Petrobras informou que a subsidiária Petrobras Biocombustíveis (PBIO) concluiu a venda de sua fatia de 50% na empresa Belém Bioenergia Brasil (BBB) para a Galp Bioenergy (Galp), que detém os outros 50% da companhia, que

produz óleo vegetal. A PBIO deve receber R\$ 24,7 milhões pela venda. O valor será retido pela Galp até dezembro de 2020 para compensação de potenciais pagamentos de indenizações.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/11/2019

Seção: Empresas

Autor: Murillo Camarotto e Daniel Rittner — De Brasília

Título: Megaleilão pode ter blocos sem propostas

Incertezas e desistências de BP e Total por disputa da cessão onerosa acentuaram receio no governo

Incertezas levantadas pelo mercado nas últimas semanas e a recente desistência das petroleiras europeias BP e Total acentuaram o receio do governo sobre a possibilidade de que alguns blocos do megaleilão de excedentes da cessão onerosa não recebam propostas. Segundo o **Valor** apurou, já é tratado como factível um cenário sem lances para os campos de Sépia e Atapu, que juntos prometem levantar cerca de R\$ 36,5 bilhões só com o pagamento dos bônus de assinatura.

Com a saída das duas gigantes, confirmada na última quarta-feira, também ganhou força a percepção de que grupos estrangeiros podem não encabeçar nenhum consórcio, figurando apenas como parceiros da Petrobras, que já exerceu direito de preferência para os campos de Búzios - o maior do leilão - e Itapu.

Apesar de ser considerado um ativo de classe mundial, com potencial de 1,75 bilhão de barris equivalentes de óleo e gás, Sépia tem contra si algumas dúvidas relacionadas à unitização do bloco, que faz fronteira com outra área, chamada de Sépia Leste, e que tem como operadores a Petrobras (80%) e a Petrogal (20%).

Também conhecido no mercado como individualização, o processo de unitização é bastante complexo e consiste, grosso modo, na divisão do petróleo e do gás entre operadores de campos vizinhos. Como os hidrocarbonetos são extraídos do subsolo, é complicado saber de qual jazida o material é originário. Os acordos para a definição das parcelas costumam consumir vários meses.

Se confirmada a ausência de oferta por algum bloco do leilão, a PPSA deve estar preparada para iniciar negociações com a Petrobras para o processo de unitização. Essa foi uma das determinações do Tribunal de Contas da União (TCU), que apontou sérios problemas de estrutura na estatal, criada em 2013

para representar os interesses da União nos contratos de partilha de produção no pré-sal.

De acordo com o tribunal, essa negociação já poderia ter sido feita há bastante tempo, se a PPSA estivesse funcionando a contento. “Caso o procedimento tivesse sido observado, em 2014, haveria tempo hábil para a PPSA ter analisado as áreas, discutido e determinado a delimitação dos direitos da União em cada jazida”, diz relatório do órgão.

“A empresa poderia ter estabelecido acordo ou pré-acordo de coparticipação das áreas e dado encaminhamento ao Plano de Desenvolvimento e Produção conjunto, o que melhoraria substancialmente o atual processo licitatório, reduzindo drasticamente as incertezas, os custos de transação e valorizando os ativos da União”, completou o TCU.

De acordo com o presidente da PPSA, Luiz Eduardo Gerke, essa negociação com a Petrobras teria um prazo de até um ano e meio para ser concluída. Após esse período as áreas poderiam ir novamente a leilão, desta vez sem as incertezas relativas à fatia da União na partilha do petróleo.

Pelas regras do leilão desta semana, sai vencedora a proposta que oferecer o maior volume de óleo e gás para a União. Além desse custo, as empresas devem pagar o bônus de assinatura e uma compensação para a Petrobras, que já vinha investindo nesses campos nos últimos anos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/11/2019

Seção: Empresas

Autor: Andrew England e Anjli Raval — Dhahran e Londres

Título: Aramco fará IPO e espera arrecadar US\$ 60 bi

A Saudi Aramco anunciou sua tão aguardada oferta pública inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) ontem, dando início à peça central do ambicioso plano do príncipe herdeiro da Arábia Saudita, Mohammed bin Salman, de reformular a economia dependente de petróleo do país.

A listagem enfrentou uma série de atrasos, gerando dúvidas sobre a capacidade de a empresa mais lucrativa do mundo garantir a avaliação de US\$ 2 trilhões cobiçada pelo reino.

Um marco na agressiva iniciativa do príncipe Mohammed de cumprir sua promessa de modernizar o reino conservador, a oferta foi apontada como a maior do mundo.

A expectativa é arrecadar até US\$ 60 bilhões com a venda de até 3% da empresa. Banqueiros acreditam que US\$ 1,2 trilhão a US\$ 1,5 trilhão é uma avaliação mais realista para a companhia.

A empresa informou que emitirá o prospecto de seu IPO em 9 de novembro. O preço final da oferta, o tamanho da listagem e a avaliação serão determinados no final do período de “bookbuilding” (processo de fixação do preço por ação).

O presidente do conselho de administração da Saudi Aramco, Yasir al-Rumayyan, disse que o anúncio “representa marco significativo na história da empresa” e demonstra progresso no sentido de entregar o plano de reforma econômica Saudi Vision 2030, do príncipe Mohammed.

O anúncio formal da Saudi Aramco é o mais próximo que o governo chegou da finalização da listagem. As autoridades sauditas disseram que, por enquanto, o processo será feito apenas na bolsa de valores de Tadawul.

Em 2018, a Saudi Aramco registrou receita líquida de US\$ 111 bilhões. Até agora, o maior IPO do mundo foi o da empresa chinesa de comércio eletrônico Alibaba, em 2014, que levantou US\$ 25 bilhões.

No entanto, duas fontes a par do processo disseram que, apesar do anúncio formal, a Saudi Aramco ainda pode realizar a listagem mais para frente, dependendo da resposta dos investidores.

O IPO foi suspenso, no ano passado, em meio a preocupações com a avaliação de preço e depois que a corte real ordenou que a Saudi Aramco comprasse participação de 70% na Sabic, a maior empresa petroquímica do reino, do Public Investment Fund, o fundo soberano do país.

Após o lançamento de bônus de US\$ 12 bilhões, em abril, Riad retomou o processo de listagem, apesar dos ataques com mísseis e drones na infraestrutura da Saudi Aramco, que, temporariamente, derrubaram metade da produção de petróleo do reino.

Embora o anúncio do IPO tenha sido adiado novamente no mês passado, o governo continuou a pressionar assessores para garantir que a listagem fosse levada adiante neste ano, com o príncipe Mohammed interessado em provar que suas reformas econômicas estão em andamento, segundo analistas.

De acordo com banqueiros, há entusiasmo entre os sauditas pela listagem. A expectativa é que investidores domésticos componham a maior parte da oferta. Espera-se que os bancos locais financiem, pesadamente, os sauditas para que possam comprar ações. Famílias ricas, muitas das quais foram presas na

repressão à corrupção do príncipe Mohammed, em 2017, foram pressionadas a investir.

Enquanto isso, investidores estrangeiros têm sido mais céticos, citando questões de governança, interferência estatal na estratégia corporativa e incapacidade do reino de proteger suas instalações de energia.

O governo também abordou fundos soberanos no Oriente Médio e em outros lugares para investir no IPO. A maioria dos principais bancos mundiais, incluindo J.P. Morgan, Goldman Sachs, Morgan Stanley e Citigroup, está trabalhando na listagem.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/11/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos — De São Paulo

Título: Com novo dono, usina Itamarati paga dívidas e planeja expansão

Erguida nos anos 1980 pelo falecido “rei da soja” Olacyr de Moraes como a maior indústria de cana do mundo da época, a Usinas Itamarati enfim mudou de mãos após oito anos à venda e trocas de gestão. No primeiro trimestre, um grupo de investidores reunidos pelo fundo de private equity Citigroup Venture Capital International Brazil (CVCIB) concluiu a aquisição de R\$ 2 bilhões em dívidas financeiras da empresa, conversíveis em ações, e agora promete duas levadas de investimentos no total de R\$ 500 milhões em novas tecnologias rumo à diversificação.

A nova fase da companhia, rebatizada de UISA (Usinas Itamarati SA), prevê a instalação de uma unidade de processamento de milho para produção de etanol e farelo para ração, uma fábrica de leveduras para nutrição animal, uma planta de biogás, além de aportes para aumentar a moagem de cana e ampliar a cogeração de energia. A reformulação é guiada pelo executivo José Arimatea Calsaverini, que assumiu a presidência da companhia ainda quando Ana Cláudia de Moraes, filha de Olacyr, era a dona.

Antes de Olacyr falecer, em 2015, seus negócios já sofriam com o elevado endividamento. Em 2018, a Companhia Agrícola do Parecis (Ciapar) foi vendida à Amaggi por cerca de R\$ 1 bilhão.

O negócio sucroalcooleiro agora deve mudar de formato. “A usina é um modelo de negócio que está sendo superado não só pelas novas tecnologias, mas pelas

novas oportunidades. Temos a intenção de nos chamar de biorrefinaria, que processa matérias-primas de origem vegetal em produtos de energia, alimentação e insumos industriais”, sustentou o executivo, ao **Valor**.

Os novos planos casaram com o interesse do CVCIB, que tem investimentos em commodities, indústrias agrícolas e fintechs. Quando o fundo decidiu investir na usina, o valor do patrimônio líquido dela era praticamente nulo. Para entrar no negócio, o CVCIB participou do reperfilamento das dívidas com os bancos e comprou R\$ 2 bilhões do passivo financeiro - o equivalente a cerca de R\$ 320 por tonelada de cana de capacidade instalada, ou quase US\$ 80. Uma das dívidas adquiridas pelo fundo foi com a própria Ciapar - que também era administrada pela herdeira Ana Cláudia -, no valor de R\$ 200 milhões.

Além disso, as dívidas com a União, que eram de R\$ 1,2 bilhão, foram inseridas em programas de refinanciamento (Refis) e reduzidas a R\$ 450 milhões. Dessa forma, a UISA possui hoje dívidas com instituições financeiras e fornecedores (incluindo passivo tributário) que somam R\$ 850 milhões - ou R\$ 135 por tonelada de cana de capacidade instalada. Na safra 2018/19, a receita líquida da empresa atingiu R\$ 732 milhões e o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) foi de R\$ 260 milhões.

Para o novo ciclo de investimentos, a usina pretende recorrer a financiamentos. O primeiro pacote inclui a construção de uma fábrica de leveduras, já iniciada, e de uma planta processadora de milho anexa à usina de cana. Nessa fase, os aportes foram orçados em R\$ 200 milhões e devem ser concluídos em dois anos. A destilaria de etanol da usina de cana será compartilhada com a usina de milho, o que reduz o custo do investimento, afirmou Calsaverini.

A produção de etanol a partir do milho deverá ocorrer ao longo de quase todo o ano, em paralelo à da usina de cana, e deverá ter capacidade de produção de 300 milhões de litros por ano, além de 95 mil toneladas de DDGs [Dried Distilled Grains] anuais. Segundo José Fernando Mazuca Filho, diretor financeiro, a taxa interna de retorno do projeto é de 35%, e o prazo de retorno é de dois anos.

A segunda etapa de investimentos, de R\$ 300 milhões, consistirá na construção de uma usina de biogás - produzido com a biodigestão de resíduos da fabricação de etanol -, inicialmente para a geração de eletricidade, mas que pode ser usado para fabricar metano, a ser usado em caminhões em substituição ao diesel. O investimento inclui ainda a ampliação da planta de cogeração de

energia a partir de bagaço de cana, que hoje consegue vender 60 gigawatt-hora (GWh) por ano, para 300 GWh ao ano.

Essa fase ainda está sendo estudada e, segundo Calsaverini, a companhia não descarta a busca por um sócio estratégico, tanto para atrair capital novo como para se associar a um player que já tenha experiência nesses negócios.

Enquanto avança com os novos investimentos, a UISA pretende continuar elevando sua produção de cana para “preencher” a capacidade instalada. Para isso, tem reservado R\$ 60 milhões ao ano para investir em renovação de canavial, o que aumenta a produtividade das lavouras. O rendimento atual da cana em terras próprias já está bem acima da média do Centro-Sul, em 94 toneladas por hectare, mas Calsaverini mira os três dígitos. Quando ele entrou na empresa, a usina estava processando 4,4 milhões de toneladas, e na última temporada (2018/19), o volume atingiu 5,1 milhões de toneladas.

Apesar da forte pegada em etanol e energia, a UISA pretende manter a liderança do mercado de açúcar da região Norte, onde detém 50% de participação com as marcas Itamarati e Guanabara. Para isso, a menor participação que o açúcar pode ter no destino da cana processada é 35%, disse.

Contexto

A Usinas Itamarati é tanto resultado da expansão do setor sucroalcooleiro promovida pelo Proálcool como fruto da ambição do empresário Olacyr de Moraes. Ele foi um dos principais responsáveis por tornar a soja a vedete do agronegócio brasileiro, abrindo lavouras no Cerrado que o tornaram o maior produtor do grão no mundo - a coroa foi perdida depois para a família Maggi. No agronegócio, ele ainda ficou conhecido por fomentar pesquisas em algodão, que impulsionaram a cultura no Centro-Oeste. Mas foi em outros setores que Olacyr fez seu nome. Sua ascensão como empresário veio da construtora Constran e do Banco Itamarati nas décadas de 1950 e 1960; seu ocaso veio com a Ferronorte na década de 1990, com uma dívida bilionária. No início do século XXI, sua atenção voltou-se para a mineração, sobretudo para as terras raras. Apesar das novas empreitadas, o empresário passou por diversas pressões de credores da Constran, comprada posteriormente pela empreiteira UTC.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 04/11/2019****Seção: Economia****Autor: Cristian Favaro****Título: Custo de extração no pré-sal cai 67% em 5 anos**

Em 2014, Petrobrás gastava US\$ 15,3 por barril de petróleo e, hoje, o valor é de US\$ 5; megaleilão está marcado para quarta-feira

Menina dos olhos da Petrobrás, o pré-sal tem trazido resultados crescentes para a companhia. Numa das frentes de retorno está a brusca redução do custo de extração do pré-sal, chamado no mercado de lifting cost. O indicador, que mede quanto se gasta na extração do barril de óleo, atingiu níveis sem precedentes no terceiro trimestre, US\$ 5 por barril ante US\$ 6 nos três meses anteriores, segundo dados da Petrobrás. A perspectiva, segundo analistas, é de que esse custo caia ainda mais diante do aumento de produção de novas plataformas em 2020. Na quarta-feira, o governo realiza o megaleilão do pré-sal, que deve impulsionar ainda mais os resultados do setor nos próximos anos.

Dados levantados pelo Estadão/ Broadcast com a Rystad Energy Ucube, empresa de pesquisa em energia, mostram que o custo de exploração do pré-sal recuou 61% de 2014 até 2019, de US\$ 15,3 por barril para US\$ 6. Se forem considerados os números atualizados pela Petrobrás em seu último relatório, a queda é ainda maior, de 67%, para US\$ 5. Os números são em barris de óleo equivalentes (boe), unidade que considera o potencial energético do gás e o petróleo em um barril. Impulsionada pelo pré-sal, a empresa conseguiu reduzir em 7,3% seu custo de extração total para US\$ 9,67 entre julho e setembro, de US\$10,43/barril nos três meses anteriores. Tal movimento tem aproximado a estatal de gigantes do setor. Juntas, Shell, ExxonMobil, BP, Chevron, Eni e Total apresentaram um lifting cost médio de US\$ 5,4/barril até agora em 2019.

Apesar do resultado comemorado por analistas, a estatal ainda tem um caminho considerável pela frente para se equiparar com o Oriente Médio, berço da produção de petróleo global, cujo custo médio de extração é de US\$ 3,2 por barril, conforme números da Rystad Energy Ucube. Os dados foram coletados pela consultoria em mais de 500 empresas no segmento. O analista de petróleo e gás da XP Investimentos, Gabriel Francisco, disse que a abundância do petróleo no Oriente Médio colabora para os custos inferiores. Entretanto, o analista afirmou que o pré-sal é um ativo valioso: exige um investimento elevado no início, mas traz forte produção.

Francisco disse que, para além da característica favorável do ativo, a estatal tem feito investimentos importantes em produtividade. Para se ter dimensão das

proporções, em média, um poço em terra (onshore) produz 15 barris por dia no Brasil, enquanto no pré-sal, o volume diário alcança 40 mil. Isso faz com que um único poço em águas profundas produza mais que toda a extração onshore da Bahia ou do Rio Grande do Norte. Já o custo de extração da estatal em terra foi de US\$ 18,19 por barril, 3,5 vezes superior ao do pré-sal. A Petrobrás foi procurada, mas não se manifestou. Nas demonstrações dos resultados, a estatal apontou que a redução no custo do pré-sal veio com o aumento de escala da produção das plataformas do campo de Búzios.

A estimativa da empresa é de que, no quarto trimestre, esse número fique entre US\$ 5 e US\$ 6 por barril. O analista do Itaú BBA, André Hachem, afirmou que os números da Petrobrás para o custo de extração foram positivos. Segundo ele, a estatal tem se esforçado para cortar custos. O analista afirmou que a tendência é de que esse custo continue a cair ao passo que as plataformas novas (P-75, P-77, P-69, P-76, P-67 e P-74) vão atingindo sua capacidade máxima. “Elas não estão rodando a 100% ainda. A gente estima que isso (o ganho de escala após o início da produção) continue acontecendo até o ano que vem.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 04/11/2019

Seção: Metrópole

Autor: TÂNIA MONTEIRO e LÔRRANE MENDONÇA, ESPECIAL PARA O ESTADO

Título: Força-tarefa tenta conter óleo em Abrolhos

Ação já evitou a chegada à área de 19,2 mil quilos de resíduos; Marinha mobiliza embarcações e mergulhadores e monitora corais

O ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, destacou ontem que a força-tarefa formada por agentes públicos de diversas instâncias, pescadores e voluntários tentará conter a poluição por óleo que atingiu neste fim de semana o Arquipélago de Abrolhos, no sul da Bahia. Um plano de contenção civil está sendo executado desde o dia 12 e já evitou a chegada à área de 19,2 mil quilos de resíduos. Silva sobrevoou Abrolhos ontem e destacou que nenhuma mancha havia sido relatada e a limpeza do material encontrado sábado estava em andamento.

Segundo ele, foi montado um cerco com seis embarcações, quatro da Marinha e duas da Petrobrás. “E temos também lançado botes e mergulhadores nossos para fazer vistoria nos corais. Isso sem contar o pessoal do ICMBio (ambiental). E há a participação fundamental das pequenas embarcações – que só elas podem entrar em alguns lugares. Se precisar, ainda mobilizaremos o Exército.” A Associação Mãe Reserva Extrativista de Canavieiras (Resex), que trabalha com

pescadores e voluntários, observou que a primeira mancha de petróleo foi relatada no dia – com 120 quilos de óleo. Chamada de “SOS Mangue Mar Canes”, a iniciativa já retirou quase 20 mil quilos de poluentes de dentro do mar e da faixa de areia.

De acordo com Carlos Pinto, da Resex, a região é monitorada 24 horas, com aval do ICMBio, que ajuda com transporte e alimentação, além de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). “Nossa equipe está agindo em caráter de urgência mesmo. Como o vento mudou de direção, pode ser que isso colabore com a chegada de mais óleo”, completa. Ele destaca o risco à economia local, pois mais de 2,5 mil famílias sobrevivem da venda de pescados. “Quando não encontrarmos mais nada, ainda vamos observar por mais 15 a 30 dias.” Investigação. O total de resíduos retirados de praias do Nordeste já chega a 4 mil toneladas. Silva reiterou ontem que a investigação sobre o derrame foca no navio Bouboulina, sem dar detalhes. A empresa do petroleiro nega vazamento.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 04/11/2019

Seção: Colunas

Autor:

Título: Itaú BBA prevê R\$ 6 bi em debêntures para a cana

Coluna do BroadcastAgro

O Itaú BBA espera coordenar a emissão de ao menos R\$ 6 bilhões em debêntures incentivadas para investimentos em infraestrutura ao setor sucroenergético nos próximos 12 meses. Pedro Fernandes, diretor de agronegócio do banco, conta à coluna que dez novos projetos podem ser finalizados para que empresas processadoras de cana-de-açúcar e produtoras de etanol e açúcar emitam esses títulos de dívida. O banco é o principal financiador de usinas no País, com mais de 20% do mercado, e foi o primeiro a coordenar a emissão dos títulos, lançados este ano, com uma operação de R\$ 200 milhões realizada pela Ipiranga Agroindustrial.

» Só o começo. As emissões de debêntures no setor sucroenergético “serão recorrentes”, afirma Fernandes, lembrando que o **Ministério de Minas e Energia (MME)**, responsável pela autorização, já realiza esse processo em outras áreas. Segundo o diretor do Itaú BBA, a maior parte dos recursos captados vai para a renovação de canaviais. Os compradores deverão ser, prioritariamente, fundos de investimentos em infraestrutura.

» Mais recursos. Os Créditos de Descarbonização (CBios) poderão ser utilizados como garantias em empréstimos futuros por usinas, na avaliação o executivo do

Itaú BBA. Para isso, falta definir os preços desses títulos, emitidos por usinas dentro da nova política nacional de biocombustíveis, o RenovaBio, e que o futuro mercado, que deve operar a partir de janeiro de 2020, se estabilize.

» Tá limpo. A Tereos Amido e Adoçantes Brasil começa a trabalhar nesta semana com um biodigestor que reutiliza resíduos do processamento de milho e mandioca para a produção de biogás na fábrica de Palmital (SP). O insumo substituirá 20% da biomassa comprada pela Tereos para abastecer a usina térmica produtora de energia elétrica da unidade. O investimento foi de R\$ 15 milhões. O novo sistema (foto) trata até 111 mil litros de efluentes por hora e reduz em até 95% da carga orgânica de resíduos.

COLABORARAM AUGUSTO DECKER, ISADORA DUARTE e LETICIA PAKULSKI

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 04/11/2019

Seção: Especial

Autor: João Pedro Pitombo

Título: Após chegada de óleo, visitas a Abrolhos são suspensas

‘Não tenho bola de cristal’, diz o ministro da Defesa sobre extensão de vazamento que atingiu a costa do NE

Após a chegada de manchas de óleo ao Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) determinou neste domingo (3) a suspensão por três dias da visita ao local.

A medida se dá para não atrapalhar as atividades de prevenção, controle e remoção do óleo e minimizar danos à saúde dos visitantes. A depender do avanço das partículas de óleo na região, a suspensão pode ser prorrogada.

Neste domingo (3), o ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, sobrevoou o parque, onde o óleo foi detectado pela primeira vez no sábado (2). Em Porto Seguro (a 715 km de Salvador), o ministro afirmou que “não tem bola de cristal” para estimar o volume e a dinâmica do vazamento do óleo que atingiu as praias do litoral nordestino.

“É um óleo difícil, que vem a meia água. O radar não pega, o sonar não pega, o satélite não pega. A gente tem uma visualização dele quando chega na água. É difícil, a gente não tem um bola de cristal em relação a isso”, afirmou.

O ministro falava sobre a possível quantidade de óleo vazada e a chance de novas manchas continuarem atingindo a costa do país.

Isso porque neste sábado novas manchas de óleo em grande quantidade foram registradas em praias de Salvador. Somente na praia do Rio Vermelho, uma das mais icônicas da cidade por abrigar a festa de Iemanjá, foi retirada mais de uma tonelada de óleo entre sábado e domingo.

Após o sobrevoo em Abrolhos, o ministro informou que não houve registro de novas manchas de óleo no arquipélago. Fernando Azevedo e Silva ainda destacou o trabalho da força-tarefa montada em torno do Arquipélago de Abrolhos, considerado o principal berçário de biodiversidade marinha do Atlântico Sul.

“Fiz questão de passar aqui em Abrolhos pelo sinal de ontem, o aparecimento de pequenos fragmentos [de óleo]. E um sinal”, disse o Azevedo Silva, que classificou o parque de Abrolhos como um “santuário ecológico”. Desde 31 de outubro ele tem percorrido o litoral do Nordeste.

Quatro navios da Marinha e dois da Petrobras patrulham a região. Equipes de mergulhadores estão fazendo vistorias periódicas nos recifes de coral e uma equipe de 30 pessoas está atuando na limpeza.

Questionado sobre as investigações dos responsáveis pelo vazamento, o ministro afirmou que a petroleira grega Delta Tankers, apontada pela Polícia Federal como principal suspeita pelo vazamento, foi notificada.

O ministro não quis comentar sobre anota emitida pela Delta Tankers que negou responsabilidade sobre o vazamento de óleo que vem atingindo a costa brasileira. Mas afirmou que todos os indícios apontam para um vazamento do navio grego Bouboulina.

A área concentra alguns principais bancos de corais do litoral brasileiro, incluindo espécies ameaçadas de extinção como os corais-de-fogo. Também registra cerca de 1.300 espécies de plantas e animais, incluindo as baleias-jubarte, que buscam as águas calmas do santuário para o acasalamento.

Segundo balanço do Ibama, 314 locais em mais de 100 cidades já foram atingidos pelo Petróleo, em todos os estados do Nordeste.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 04/11/2019

Seção: Mercado

Autor: Igor Gielow

Título: Sauditas vão buscar o maior IPO da história

Reino oficializa oferta de ações da gigante petroleira Saudi Aramco, cujo valor de mercado é maior que o PIB brasileiro

Após três anos de suspense, a Arábia Saudita enfim anunciou que irá vender ações de sua gigante petroleira estatal, a Saudi Aramco, responsável por 11% da produção diária de óleo no mundo.

Não há hipérbole suficiente para descrever a Aramco.

Ela extrai 10 milhões de barris de petróleo por dia, é a empresa mais rentável do mundo (US\$ 111 bilhões de lucro líquido em 2018, ou cerca de R\$ 444 bilhões), controla a segunda maior reserva de petróleo mundial (cerca de 270 bilhões de barris) e vale entre US\$ 1,5 trilhão e US\$ 2 trilhões (R\$ 8 trilhões, maior valor do mundo, mais que o PIB anual do Brasil, de R\$ 6,8 trilhões).

Para comparar, a Petrobras produz 3 milhões de barris diários de óleo e gás, vale cerca de R\$ 370 bilhões e teve seu primeiro lucro líquido em quatro anos, após as descobertas de corrupção da Operação Lava Jato, em 2018: R\$ 25,7 bilhões. O Brasil tem a 15ª reserva mundial de petróleo, 12,7 bilhões de barris.

O IPO (oferta pública inicial, na sigla inglesa) deverá ser o maior do mundo, superando a empresa de e-commerce chinesa Alibaba, que levantou US\$ 22 bilhões (R\$ 88 bilhões hoje) em um dia em 2014.

Mas nem tudo é triunfalismo com anúncio feito em Riad pelo presidente da Aramco, Yasir al-Rumayyan, neste domingo (3).

Desde que o príncipe herdeiro Mohammedbin Salman assumiu o poder “de facto” no reino, em 2016, e anunciou o IPO, a Arábia Saudita passou por uma série de reveses políticos e econômicos.

O país está engajado em uma guerra civil contra rebeldes xiitas no vizinho Iêmen, apoiados pelo seu maior rival no Oriente Médio, o Irã.

Desse conflito partiram ataques secundários a petroleiros e, no dia 14 de setembro deste ano, contra instalações de refino da Aramco — cortando a produção pela metade.

Al-Rumayyan afirmou que a ação não prejudicou o faturamento da empresa neste ano, mas os números até aqui fechados da Aramco não facilitam a aferição da assertiva.

Além disso, há uma questão existencial. A mudança climática é uma realidade no mercado. Não é casual que a Aramco tenha informado que vai destinar a

maior parte do dinheiro que auferir no IPO para um fundo soberano da Arábia Saudita destinado a pesquisas de energia renovável e inovação.

Há uma preocupação social envolvida: rico, o reino é altamente desigual e tem um desemprego de nível brasileiro, na casa dos 12%. O governo tem investido em opções ao óleo e em alta tecnologia.

Petróleo responde por um terço da matriz energética do mundo, e a demanda cresce perto de 1,5% ao ano desde o começo da década. Ainda assim, há uma corrida para limpar a economia do carbono.

A própria Aramco destina US\$ 600 milhões (R\$ 2,4 bilhões) anuais para desenvolvimento de alternativas e tem propagandeado foco renovado em petroquímica.

Por fim, há a competição vinda de lugares como a Venezuela, maior detentora de reservas do mundo e com uma extração baixíssima dada a crise contínua do país, e o Brasil, como o renovado interesse pelo rentável petróleo do pré-sal explicita.

Há fatores políticos: a implicação do príncipe na morte de um jornalista, o que ele nega, e abusos apontados no Iêmen falam contra o país.

Em setembro, após o ataque contra sua refinaria, a Aramco viu sua nota de crédito cair de A+ para A pela agência Fitch.

Assim, analistas vêm baixando as estimativas de valor da gigante de US\$ 2 trilhões para US\$ 1,5 trilhão, o que deverá impactar o IPO. Além disso, a oferta não mais será feita em várias Bolsas pelo mundo, e sim em Riad.

O IPO ocorrerá depois de uma reunião com investidores no dia 9. A ideia inicial é ofertar entre 2% e 5% das ações da empresa, reservando 50% do lote para cidadãos sauditas — invariavelmente, serão ricos membros da família real.

Apesar das restrições, o dinheiro e os números suculentos da Aramco sempre falam mais alto. Combustíveis fósseis são a mola da economia mundial, 160 anos depois do início de sua exploração.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 04/11/2019

Seção: Colunas

Autor: Joana Cunha

Título: Calculadora

Painel S.A

Sem poder vender sua energia excedente no mercado livre, a Cogen (entidade que reúne os setores de biomassa, gás natural e outras fontes) estima uma perda de aproximadamente R\$ 1 bilhão por safra para as usinas de álcool e açúcar.

Cana

As empresas não estão sendo remuneradas pela geração adicional, segundo Newton Duarte, presidente da entidade, que solicitou ao **MME (Ministério de Minas e Energia)** a ampliação do total comercializado no mercado livre. “Tivemos o pedido de alteração da portaria negado pelo ministério na semana passada”, afirmou ele.

Bagaço

De acordo com Duarte, as usinas têm condições de produzir energia excedente mas estão inibidas de investir. Procurado pela coluna, o MME afirma que “a alteração não está sob exame no momento”.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 04/11/2019****Seção: Cotidiano****Autor: Cristina Camargo e Matheus Moreira****Título: Em dia de Enem, celulares e relógios de rua adiantam 1 hora**

Problema que já havia ocorrido no dia 20 de outubro está relacionado ao início do horário de verão em 2018

Aconteceu de novo. Mesmo com a suspensão do horário de verão neste ano, relógios de celulares e de computadores adiantaram uma hora automaticamente na madrugada deste domingo (3) em todo o Brasil.

O mesmo problema ocorrera em 20 de outubro, terceiro domingo do mês, data em que tradicionalmente o relógio era adiantado em uma hora.

Na manhã deste domingo, relógios de rua de São Paulo também indicavam o horário errado, uma hora a mais, o que poderia assustar quem for prestar o Enem.

Funcionários da Uninove, na Barra Funda, colocaram folhas de papel sulfite sobre o relógio digital da prefeitura que fica em frente ao prédio, um dos mais tradicionais locais de prova do Enem.

À Folha, um dos funcionários que ajudava a tapar o equipamento disse que a faculdade entrou em contato com o governo municipal para avisar do erro no horário, mas que, devido a demora no ajuste, a Uninove preferiu agir.

O próprio Ministério da Educação parece ter se atrapalhado com o problema. Uma mensagem em rede social que anunciava a abertura dos portões foi publicada uma hora antes do previsto. Meia hora depois, o tuíte foi apagado.

Segundo explicações divulgadas pelo Google, as modificações realizadas nos últimos dois anos pelo governo brasileiro no horário de verão têm impacto direto no Banco de Dados Global da IANA (em português, Autoridade para Atribuição de Números da Internet), usado por celulares e dispositivos eletrônicos para garantir sempre a hora certa.

“Na prática, isso significa que alguns celulares possivelmente não tenham a informação necessária para evitar que o relógio dos aparelhos seja alterado automaticamente como se o horário de verão ainda estivesse valendo”, afirma nota divulgada pelo Google.

Foram duas as mudanças promovidas pelo governo: em 2018, a data de início do horário de verão passou do terceiro domingo de outubro para o primeiro domingo de novembro e, neste ano, o horário especial foi extinto pelo presidente Jair Bolsonaro.

Nesta madrugada, foram afetados aparelhos não impactados no dia 20 de outubro.

A mudança inesperada surpreendeu também passageiros de avião. A terapeuta Ana Carelli, 60, pegou um táxi no bairro da Saúde para o aeroporto de Congonhas, ambos na zona sul de São Paulo, com duas horas de antecedência para embarcar para o Rio de Janeiro pela manhã.

Ao chegar ao aeroporto, ficou apreensiva porque o painel mostrava outros voos no portão de embarque indicado para ela. Depois de conversar com uma funcionária, percebeu que o horário em seu celular não batia com o que aparecia no painel e que tinha chegado ali uma hora mais cedo.

Seu celular havia mudado o relógio automaticamente.

Ela descreveu a experiência como bizarra. “Fiquei me sentindo muito estranha. Eu tinha um horário na minha mão, no celular, e o quadro de horários estava me mostrando outra coisa e eu não sabia o que estava acontecendo”, diz. “Dá a sensação de que o tempo passou e você não marcou, deu um transtorno no meu espaço-tempo.”

Como em outubro, proprietários de celulares foram às redes sociais relatar a surpresa e pedir a correção do problema, mais preocupante em dia de prova do Enem.

Para tanto, proprietários de aparelhos Android precisam abrir o item “Configurar”; escolher a opção “Data e hora”; desmarcar a opção “Data e hora automáticas” e, em seguida, configurar a hora correta.

Os donos de iPhone devem acessar a opção “Ajustes”; em seguida escolher a opção “Geral”; depois tocar na opção “Data e Hora”; então precisam desabilitar a opção “Automaticamente” na configuração do relógio e, enfim, configurar o horário correto.

O horário de verão foi extinto após 34 anos porque estudos do **Ministério de Minas e Energia** indicaram não haver economia significativa de energia com a mudança de hora. Para Bolsonaro, a alteração afetava o relógio biológico, punindo trabalhadores.

Colaborou Guilherme Seto

VEÍCULO: O Globo

Data: 04/11/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Desastres mostram fracasso da política para o meio ambiente

É incompreensível, por exemplo, a letargia do governo diante da calamidade nas praias do Nordeste

Uma sucessão de eventos desastrosos nos últimos dez meses atesta o fracasso da política nacional de proteção e defesa do meio ambiente. Também revela a inexistência de um sistema de Defesa Civil que permita uma resposta ágil, eficiente e coordenada entre governos federal, estaduais e municipais. Perenizam-se as sequelas dos desastres provocados pelos rompimentos das barragem de rejeitos no Sudeste, pelos incêndios e desmatamentos na Amazônia e pelo petróleo cru que invadiu dois mil quilômetros do litoral do Nordeste. Mais de quarenta semanas depois da tragédia em Brumadinho (MG), prossegue a procura de vítimas. Já se contaram 252 mortos e ainda há 18 desaparecidos sob a lama.

Do Vale do Rio Doce até o litoral do Espírito Santo ainda se observam as graves consequências sociais, econômicas e ambientais da catástrofe de 2015 em Mariana. Na Amazônia registrou-se um aumento de 92,7% em áreas desmatadas até setembro. Houve queima e desmate em território equivalente a

7,8 mil quilômetros quadrados de florestas, segundo os alertas emitidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) nos nove primeiros meses. Pairam, ainda, os efeitos do óleo que há oito semanas contamina mais de duas centenas e meia de praias nordestinas e agora avança em direção ao litoral do Sudeste.

Nesses episódios sobressaiu o voluntariado comunitário, que se organiza e age na emergência até que os governos se mobilizem no socorro às vítimas. A resposta federal, por exemplo, foi mais rápida nas tragédias de Mariana e Brumadinho do que nos incêndios e no desmatamento na Amazônia. E demorou excessivamente no caso do petróleo que invadiu a costa do Nordeste. Se faz necessária e urgente uma profunda revisão das políticas ambiental e de Defesa Civil. É incompreensível, por exemplo, a letargia do Ministério do Meio Ambiente diante da calamidade nordestina.

Simplemente não acionou de imediato o sistema de contingência para vazamento de óleo no mar, previsto no decreto nº 8.127, de 2013. Torna-se louvável, portanto, a iniciativa do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, de criar uma comissão parlamentar para analisar a política nacional de meio ambiente e o sistema de Defesa Civil. “Se não resolvermos isso, não adianta fazer reforma tributária, administrativa e previdenciária, porque há uma correlação crescente, e muito forte, entre o investimento e meio ambiente”, justificou. Está na hora de mudança, também, em aspectos da política econômica como, por exemplo, na concessão de subsídios à produção de automóveis. O país incentiva a fabricação de carros e pouco investe em transporte de massa. É um contrassenso ambiental, com drásticas consequências econômicas.

VEÍCULO: O Globo

Data: 04/11/2019

Seção: Colunas

Autor: Fernando Gabeira

Título: A política como um pesadelo

Enquanto a mancha se desloca para o Sul e ameaça Abrolhos, já não sei mais se a espero no Rio ou vou ao seu encontro. De qualquer forma, tento manter o foco no desastre ambiental enquanto as loucuras na política se desdobram num ritmo vertiginoso. No princípio da semana, pensei em dedicar as horas vagas a pensar na questão da linguagem na política, que me surpreende tanto quanto a mancha de óleo. Os deputados do PSL brigam entre si com memes e se insultam usando personagens de história infantil. Se não parasse com as crianças, de vez em quando, não saberia quem é Peppa. Uma das contendoras na luta interna foi chamada de Peppa pelos adversários.

Ainda bem que eu já vi as aventuras da porquinha rechonchuda. Pensei em refletir sobre a nova geração de políticos e como a linguagem da infância ainda está presente no seu imaginário. Mudei de eixo à tarde. Vi imagens do depoimento de Alexandre Frota na CPI das Fake News. Ele exibiu cartazes com frases do guru dos Bolsonaro, Olavo de Carvalho. Era tão escandaloso que fiquei tentado a examinar o avanço da linguagem pornográfica no discurso da extrema direita. Foi então que vi aquele vídeo das hienas cercando o leão Bolsonaro e pensei em voltar ao universo infantil. Não houve tempo. Eduardo Bolsonaro invocou o AI-5, numa entrevista a Leda Nagle. Voltei aos anos 60 e pensei até em mostrar como as coisas mudaram nesse quase meio século. Desisti desse esforço pedagógico.

As pessoas que confundem épocas tão díspares não o fazem por ignorância, mas por necessidade. Constroem um enredo mental para o papel que amariam representar. No caso de Eduardo Bolsonaro, é a vontade de reviver a ditadura, com poder absoluto sobre a vida e a liberdade de expressão dos outros. Em certas viagens a Ouro Preto, fantasio uma volta ao século XVIII. Mas só por alguns momentos, quando não há carros nem buzina. Há tempos, quando Ronnie Lessa, acusado de matar Marielle Franco, foi preso, achei explosivo o fato de ser vizinho do homem que se tornou presidente da República. Imaginei como isso não daria um roteiro para uma série de televisão. Li que o filho mais novo do presidente namorava a filha do matador. Imaginei as possibilidades clássicas dessa história.

Vejo surgir agora um novo personagem dramático: o porteiro do condomínio Vivendas da Barra. Ele é o mais antigo dos funcionários, deve conhecer todos os moradores, seus hábitos e relações superficiais. Sua lembrança do dia da morte de Marielle Franco enriqueceu as fantasias sobre a vizinhança de Bolsonaro com Ronnie Lessa, miliciano, matador e comerciante de armas. Será que o porteiro realmente viu um dos assassinos procurando por Bolsonaro, que nesse dia estava em Brasília? Por que teria anotado o número da casa buscada pelo cúmplice do matador como se fosse a casa de Bolsonaro? Como pode ter ouvido a voz de seu Jair, sem estar sintonizado com o canal da Câmara dos Deputados, onde Bolsonaro estava naquele momento? Não vou especular sobre esse mistério, enquanto não ouvir a versão do próprio porteiro.

As procuradoras do MP do Rio dizem que ele provavelmente mentiu. Mas por que um velho e experiente porteiro confundiu duas casas? Para nós que vemos imagens aéreas, elas são todas iguais. Somos traídos pela superficialidade de nossa percepção, como os esnobes que dizem que a caatinga é monótona porque toda a vegetação é igual. Para ele, certamente cada uma delas tem uma história, desde o tipo de visitas aos pequenos cuidados cotidianos, instalação elétrica, vazamentos, no sentido literal. Não entendo como pode ter

confundido. Mentiu e enganou? Foi induzido? Sua memória funciona bem ou já dá sinais cotidianos de pequenas confusões?

Para um roteirista, é relativamente fácil cobrir essas lacunas. Para mim, no entanto, os tempos são desconcertantes. Volto a perseguir a mancha. Também é desconcertante. Mas pelo menos vejo pessoas reais, com as luvas negras de óleo, tentando limpar as praias, proteger corais e mangues. Desenhos infantis, frases pornográficas, jovens aspirantes a ditador ou mesmo intrincados enredos policiais — tudo é uma espécie de desastre, mas pede outro tipo de voluntariado, equipamento e paciência.

VEÍCULO: O Globo

Data: 04/11/2019

Seção: Sociedade

Autor: RENATO GRANDELLE

Título: Visitação a Abrolhos é suspensa após detecção de óleo na região

Governo pede ajuda para pescadores e empresas operadoras de mergulho

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) anunciou ontem a suspensão para visita do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos. A medida será válida por três dias, e foi determinada após a detecção de fragmentos de óleo.

Em comunicado, o chefe do parque, Fernando Repinaldo Filho, afirmou que a proibição ao acesso do público permitirá atividades de prevenção, controle e remoção do óleo, além de evitar riscos à saúde pública. A decisão pode ser prorrogada ou extinta, dependendo do eventual aparecimento de novas manchas.

Para evitar a chegada da substância a Abrolhos, conhecido pelo grande número de espécies endêmicas —ou seja, existentes apenas naquela região—, o Ministério da Defesa está buscando operadoras de mergulho e donos de pequenas embarcações.

— Estamos em contato com atividades náuticas, de mergulho —afirmou o comandante do 2º Distrito Naval, almirante Silva Lima. — É fundamental (contar com a) participação de pequenas embarcações (no combate ao óleo), porque só elas conseguem chegar a alguns locais, dada a especificidade daquela região.

Diretor de Estratégia Costeira e Marinha da Conservação Internacional (CI), Guilherme Dutra considera que o fechamento do parque é um “procedimento necessário” durante as operações da Marinha. Também concorda com o apelo a

empresas de mergulho e a pescadores que atuam na região, desde que os voluntários tenham os equipamentos de proteção necessários.

— A pesca com rede fina tem sido a única metodologia eficiente para retirar o óleo, que tem uma forma espessa, enquanto ainda está na água — avalia.

— Mas os voluntários precisam ser treinados e só devem trabalhar com equipamentos de proteção individual, já que terão contato com substâncias cuja toxicidade ainda não é conhecida.

A pedido da direção do parque, as ONGs que atuam na limpeza de Abrolhos fornecerão materiais que auxiliarão na retirada do óleo já presente nas praias e nos costões, como espátulas e peneiras.

VEÍCULO: O Globo

Data: 04/11/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: No mais

As Forças Armadas exerceram um papel importante na redução das queimadas da Amazônia e fazem o mesmo no combate aos danos ambientais causados pelas manchas de óleo no Nordeste. Já nesse período o ministro Ricardo Salles fez o que mais sabe: espalhar a cizânia, quando, por exemplo, insinuou que foi um navio do Greenpeace o responsável pelo derramamento de óleo.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 04/11/2019

Seção: Opinião

Autor:

Título: Megaleilão do petróleo

O Brasil, com os sucessivos recordes na produção de petróleo na área do pré-sal, consolida, a cada dia, sua posição de um dos principais fornecedores mundiais do combustível fóssil, que ainda terá protagonismo substancial na economia global nas próximas décadas. O país dará um salto de produtividade com a realização do megaleilão do pré-sal marcado para esta semana e que despertou grande interesse no mercado internacional — 17 empresas se habilitaram. Serão ofertados de 6 bilhões a 15 bilhões de barris, de acordo com estimativa da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

A previsão é de uma arrecadação de até R\$ 106 bilhões, a serem distribuídos

entre a União, estados e municípios, o que será um aporte muito bem-vindo às combalidas finanças públicas. Entre as petroleiras que vão participar do grande leilão, estão gigantes mundiais como as americanas Exxon e Chevron, a anglo-holandesa Shell, a britânica BP, a francesa Total e a norueguesa Equinor. O governo oferecerá o direito de retirar petróleo e gás em quatro reservas descobertas pela Petrobras na Bacia de Campos.

A expectativa é de que o país, até 2030, seja um dos pilares de sustentação da expansão da oferta mundial de petróleo, atrás apenas dos Estados Unidos, com sua produção de óleo retirado do xisto, segundo especialistas da Agência Internacional de Energia (AIE). As jazidas brasileiras são cobiçadas pelos maiores players do setor, pois representam o que existe de mais promissor na indústria mundial de óleo e gás. O que está sendo ofertado para o mercado global, com o megaleilão da cessão onerosa de depois de amanhã, é um dos maiores da história do setor, sem paralelo nos últimos anos.

O Brasil tem os recursos petrolíferos ao longo da costa marítima (offshore) mais produtivos do mundo. Enquanto no Golfo do México são extraídos, em um poço, de 12 mil a 13 mil barris de óleo por dia, no pré-sal, a produtividade pode chegar a 60 mil barris/dia. O megaleilão deve acrescentar mais de 1,2 milhão de barris diários ao mercado global até 2024, ou seja, um aumento de 45% em comparação com o que foi produzido no ano passado.

Economistas apontam que esse salto de produtividade que o país está dando se deve, fundamentalmente, às mudanças feitas nos últimos dois anos na área de exploração de petróleo, deixando para trás preocupações ideológicas retrógradas de governos passados que engessavam o setor. Posicionamento ideológico que afugentava os investidores. Com as reformas, outros operadores se habilitaram a participar da exploração do chamado ouro negro, o que antes era prerrogativa apenas da Petrobras.

O incremento na produção de gás é outro ganho significativo para o país com o megaleilão, sobretudo em tempos de preocupação com questões ambientais relacionadas às mudanças climáticas e à emissão de dióxido de carbono. Com o incremento da oferta de gás, o Brasil dá importante contribuição para a redução da poluição mundial e ganha terreno na inexorável mudança da matriz energética rumo às fontes de energia limpa.

MME / ASCOM .